

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-CAMPUS VII
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DANIELA DA SILVA PESSOA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA
ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI PARA A CIDADE DE CODÓ-MA**

CODÓ-MA

2019

DANIELA DA SILVA PESSOA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA
ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI PARA A CIDADE DE CODÓ-MA**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão-Campus de Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda

Codó-MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Pessoa, Daniela da Silva.

Educação inclusiva e especial : as contribuições da
Associação Pestalozzi para a cidade de Codó - MA / Daniela
da Silva Pessoa. - 2019.

33 f.

Orientador(a): Aziel Alves de Arruda.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019.

1. Atendimento especializado. 2. Educação especial.
3. Educação inclusiva. I. Arruda, Aziel Alves de. II.
Título.

DANIELA DA SILVA PESSOA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI PARA A CIDADE DE CODÓ-MA

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da UFMA/ CAMPUS VII – Codó, para obtenção do diploma de licenciatura em pedagogia.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Aziel Alves de Arruda
Orientador

Porfra. Ma Gleiciane Brandão - UFMA
1º Examinador

Prof. Me Ricarte Tavares - UFAL
2º Examinador

Dedico a todas que defendem de maneira incansável o direito a inclusão das crianças e jovens com necessidades especiais, onde lutam todos os dias contra o preconceito e discriminação.

AGRADECIMENTO

Sou infinitamente grata a **Deus** por ter me permitido essa experiência única e maravilhosa de cursar numa Universidade Federal do Maranhão, na cidade de Codó, por ter me dado força para percorrer todas as etapas.

Ao meus pais **Francisca Viana e José Pessoa** pelo incentivo, cuidado, compreensão e principalmente pelo apoio dado, em meio a tantas dificuldades nunca me deixaram desistir, sempre apoiando meus sonhos.

A minha Família pela compreensão, a minha pequena princesa **Anna Laura**, pois tudo isso é pra ela.

Ao meu orientador Prof. Dr. **Aziel Alves de Arruda** pela competência na orientação, disponibilidade e por participar desta conquista, foi uma honra tê-lo como orientador.

Aos meus companheiros de sala que se fizeram sempre presentes com motivação e apoio durante esses quatro anos, pela amizade, fraternidade e companheirismo, uma amizade conquistada ao longo dessa vida acadêmica.

A todos os meus professores, por todo o aprendizado e experiências compartilhadas durante a graduação.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades” (PAULO FREIRE)

RESUMO

É fato que a Educação Inclusiva e a Educação Especial, tem vivido grandes avanços, porém ainda é preciso muito para que se tenha um total apoio, as pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado. Nesse sentido esta pesquisa faz uma breve trajetória de como ocorreu no cenário brasileiro os primeiros atendimentos as pessoas com necessidades especiais, tal como a criação das primeiras instituições voltadas para esse público. Desse modo essa pesquisa é de natureza qualitativa e tem como objetivo demonstrar a contribuição significativa na área da Educação Especial da Associação Pestalozzi na cidade de Codó-MA. Optamos em utilizar como metodologia um levantamento bibliográfico sobre a Educação Inclusiva e Educação Especial e sobre a Associação Pestalozzi, buscando respaldo em diversos autores como Camargo (2017); Rocha (2017), assim como pautamos em alguns marcos normativos, como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Constituição Federal de 1988 e a conferência de Salamanca. No entanto, no desenvolvimento dessa pesquisa é nítido as barreiras para que esses alunos tenham acesso garantido, pois a falta de formação continuada para os professores se torna um principal fator da escola ter essa resistência em acolher esse público, outro fator em falta são as políticas públicas empenhadas em trabalhar nas estruturas físicas dessas escolas, pois só então podemos pensar em uma Educação Inclusiva de qualidade, com todos esses entraves fica o questionamento, Será que são estes alunos que precisam se adequarem ou é a escola?

Palavras-chave: Educação Especial, Atendimento Especializado, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

It is a fact that Inclusive Education and Special Education have been experiencing great advances, but it still takes a lot to have full support, the people who need specialized educational assistance. In this sense, this research makes a brief trajectory of how the first assistance to people with special needs occurred in the Brazilian scenario, such as the creation of the first institutions aimed at this public. Thus this research is qualitative in nature and aims to demonstrate the significant contribution in the area of Special Education of the Pestalozzi Association in the city of Codó-MA. We chose to use as a methodology a bibliographic survey on Inclusive Education and Special Education and the Pestalozzi Association, seeking support from several authors such as Camargo (2017); Rocha (2017), as well as some normative frameworks, such as the (LDB) Law of Guidelines and Bases 1996, Federal Constitution of 1988 and the Salamanca conference. However, in the development of this research is clear the barriers for these students to have guaranteed access, because the lack of continuing education for teachers becomes a main factor of the school to have this resistance to welcome this audience, another missing factor are the policies. committed to work on the physical structures of these schools, because only then can we think of a quality Inclusive Education, with all these obstacles is the question, Do these students need to adapt or is the school?

Keywords: Special Education, Specialized Care, Inclusive Education.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Entrevista semi-estruturada.....	28
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	13
3. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI NO BRASIL	16
3.1 Conhecendo Associação Pestalozzi na cidade de Codó.....	18
4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DO CONTEXTO ESCOLAR.....	19
4.1 Formação de Professores na educação inclusiva	22
5. LDB - 9394/96 E OS PRECEITOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ..	25
6. PERCURSO METODOLÓGICO	27
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos em Educação Inclusiva e Educação Especial no contexto brasileiro, estamos citando um grande processo, com muitas conquistas, que foram essenciais, para se efetivar grandes mudanças, já que no país houve um longo período de exclusão e abandono a pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, procuramos com este estudo focalizar nas dificuldades que existem para integrar esses alunos com necessidades especiais nos sistemas de ensino. Desse modo, este estudo traça a trajetória marcada por lutas e conquistas para que só assim conseguissem configurar oportunidades de inclusão para esse público, bem como traz a história da associação Pestalozzi em âmbito nacional, dando ênfase as atividades desenvolvidas pela associação Pestalozzi na cidade de Codó-MA, e o quanto seu trabalho tem dado apoio social as pessoas que caressem de um atendimento educacional especializado no município.

No entanto, vale lembrar que para que os direitos desse público fossem concretizados foi necessário à realização de vários movimentos, tal como de algumas conferências ocorridas em vários países no intuito de legitimar o direito a educação á todos aqueles que apresentassem necessidades educacionais especiais procurando maneiras de eliminar com a segregação escolar, apostando em uma escola inclusiva tendo em vista que a escola deve ser por excelência o cenário principal para essa integração.

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) em seu Art.2º p.1 destaca que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, a escola tem como papel acolher a todos os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizado, uma vez que a educação escolar é vista como um direito social para o ser humano, sendo fundamental para o desenvolvimento da pessoa, como uma necessidade inerente a condição humana, juntamente com a família e a sociedade é uma peça fundamental no processo educacional, segundo a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada

com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A perspectiva de Educação Inclusiva é mais do que exclusivamente a ideia de disponibilizar as crianças com necessidades especiais um espaço em sala de aula e fazendo deles apenas observadores, é visar o atender as necessidades particular de cada aluno, buscando sempre ensinar o partilhar de experiências e saberes, reconhecendo o outro com suas diversas características. Refletir e analisar sobre as mudanças que são necessárias para que se tenha uma educação inclusiva de qualidade que respeite as diferenças.

Desta forma, para Zimmermann (2008, p.01):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças.

Sabemos que por muitos anos as crianças com deficiência foram excluídas, principalmente no âmbito educacional, onde elas eram afastadas do convívio social e cultural, situação está desfavorável para o aprendizado e o desenvolvimento desta criança, pois sabemos que com a interação com as outras crianças podem fazer com que se troque experiências conhecimentos.

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.24)

Sendo assim, toda criança tem o seu direito indispensável a educação uma vez que é um direito, cabe as escolas adaptarem para receberem alunos sem nenhuma diferenciação, fazer com que tenha várias oportunidades de aprendizagem. O professor deve buscar adaptações para que este aluno se sinta contemplado e participativo, para isso é necessário que esse docente tenha uma formação na área de Educação Especial, mas sabemos que muitas das vezes isso não acontece e acaba sendo um dos fatores para que alunos com necessidades especiais sejam excluídos. “A inclusão se contrapõe a exclusão escolar e social, é um processo gradativo onde a

ciência e as ideologias caminham juntas para a construção de uma verdadeira sociedade” (FAVERO, 2005).

Em concordância, a educação é algo indispensável para a formação do ser humano, sendo um instrumento de transformação da sociedade e nesse processo podemos incluir todos sem discriminação, sem distinção de qualquer natureza, levando em consideração a diversidade e esquecer das desigualdades que sempre se fizeram presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, esta pesquisa tem como finalidade investigar a contribuição na área de Educação Especial desenvolvida pela Associação Pestalozzi, na cidade de Codó-MA, podemos observar que na cidade de Codó quase não possui escolas preparadas para receber crianças que necessitam de atendimento educacional especializado, ficando assim a Associação Pestalozzi, como a única instituição adequada e com profissionais preparados para tais acolhimentos.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Ao falar sobre a trajetória da educação especial é inevitável não falarmos de suas conquistas que foram adquiridas durante muito tempo, por muitas lutas em razão daqueles que apresentassem alguma limitação, onde muitas das vezes eram excluídos e conseqüentemente eliminados pela a sociedade, já que se entendia que eles poderiam de certa forma serem responsáveis do país não se desenvolver. Outro fato também que fez com que eles fossem excluídos foi por questões religiosas, já que durante muito tempo acreditavam-se que essas pessoas eram vistas como pecadoras ou até mesmo conseqüências de pecados, por essa razão elas foram negligenciadas, ocasionando em serem abandonadas por conta de suas condições tidas como “anormais”.

Podemos destacar como umas das principais atuações na educação especial, Maria Montessori (1870 – 1952) uma pedagoga que também era formada em medicina, decidiu estudar as crianças com deficiência, com isso, criou o método Montessori, que tem como finalidade desenvolver a autonomia e a valorização do aluno. Transferindo para o cenário brasileiro, começou a ter esse atendimento as pessoas deficientes em um modelo empregado na Europa ainda no período Imperial a partir da criação do Instituto dos meninos cegos no ano de 1854 hoje é denominado Instituto Benjamim Constant, três anos mais tarde em 1857 foi criado o Instituto

dos Surdos hoje conhecido como INES, ou seja, apenas a deficiência visual e a deficiência auditiva possuíam assistência nesse período.

No ano de 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi uma instituição destinada a uma proposta para atendimentos de pessoas com deficiência mental, anos mais tarde, em 1954, na cidade de Rio de Janeiro foi fundada a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que é uma integração de pais e amigos de alunos com deficiência que lutaram e acreditaram em uma inclusão escolar, não demorou muito para que a sociedade viesse a colaborar com a causa e logo esse movimento se expandiu para outros estados do país.

A preocupação com essas pessoas se iniciou por meio de uma segregação, ou seja, no momento em que não se pensava ainda em uma escola para todos, e aqueles alunos que apresentavam qualquer deficiência eram separados dos alunos considerados “normais”, e conseqüentemente encaminhados para asilos, hospitais psiquiátricos, e também em salas anexas, isto é, esse atendimento se inicia por procedimentos médicos de maneira específica para cada necessidade, todavia a criança que não apresentava condições físicas e mentais era visto como não habituais para a sociedade, eram excluídos da escola, tornando assim esse atendimento em um sistema paralelo da rede regular de ensino. De acordo com Neto et al (2018, p. 83). “É preciso atentar para as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência e não para as dificuldades, para assim construir uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência”. Hoje temos como um grande suporte a Lei de Diretrizes e Base em seu artigo 58 onde afirma que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A seguir veremos alguns marcos que são fundamentais nessa trajetória, medidas que de fato contribuíram bastante para que o país viesse a ter mais uma preocupação com esses alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado. Tivemos algumas conferências tal como, declarações que legitimaram essa luta, a fim de tornar a educação acessível a todos os indivíduos que apresentam alguma deficiência, assegurando-os uma inclusão no ensino regular. Do mesmo modo, essas medidas visam além da inclusão escolar, uma equalização social, garantindo a todos oportunidade de desenvolvimento tanto cognitivo como social.

No ano de 1973 por iniciativa do MEC é criado o CENEST – Centro Nacional de Educação Especial, que ficou encarregado sobre a educação especial aqui no Brasil, mas que ainda possuía aspectos voltados para o assistencialismo.

Em 1988 - Conferência mundial da criança: adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 20 de setembro de 1989 serviu de fonte de inspiração para a criação do estatuto da criança e do adolescente, já no ano de 1990 temos a declaração de Jontien na Tailândia que se trata de uma conferência mundial, que defende uma educação para todos, e o fim de preconceitos na educação, ou seja, foi elaborada no intuito de garantir a todos os conhecimentos básicos para que os deficientes pudessem ter uma vida digna.

Em 1994, A Declaração de Salamanca que tem como finalidade em acolher todas as crianças independente de suas condições físicas, com o fundamento de que as crianças devem adquirir conhecimentos juntas sem nenhum tipo de separação, ou seja, acredita pôr em prática uma inclusão a todos os alunos com deficiência, tal como, visava uma diminuição do alto custo pela manutenção de instituições especializadas. A partir da referida declaração começa de fato a se almejar em uma educação inclusiva, onde em suma ficou destacado para níveis globais a necessidades de políticas públicas e sobretudo educacionais que fossem capazes de assistir a todos independente de suas condições, visando um atendimento igualitário.

Nessa lógica, o documento de Salamanca no seu artigo 1º p.1 salienta:

Nos, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações.

Desse modo, a declaração objetiva para o ensino especial um norte que a favorecesse, empregando que a escola deve se adequar ao aluno independente de suas condições físicas e não ao contrário, podendo ser inserido não somente no campo educacional, mas sim, ser integrante da sociedade em que vive de maneira participativa, descartando qualquer modo de exclusão.

Tivemos em 2001, a criação de outro documento que também assegura a educação inclusiva, o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado pela lei nº 10.172/2001 salientando que: “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

São muitos os mecanismos legais que garantem o acesso de pessoas com deficiência nas mesmas turmas de crianças que não tenha deficiência, leis essas que fariam grande diferença na adaptação e aprendizado desses alunos com necessidades especiais, com isso o movimento de inclusão educacional deve ser assimilado como um progresso, mas sabemos que existem inúmeros aspectos que na realidade impedem esse ingresso e a adaptação.

De acordo com Ferreira e Glat (2003), o movimento em favor da Educação Inclusiva iniciou uma discussão sobre a finalidade da Educação Especial e sobre a necessidade de formação de professores para atuar frente à diversidade, atendendo às demandas e aos desafios impostos pelo paradigma da educação para todos (UNESCO, 1994).

3. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI NO BRASIL

A Associação Pestalozzi, tem sua primeira unidade fundada no ano de 1926, no estado do Rio Grande do Norte onde teve como inspiração os trabalhos do pedagogo Johann Heinrich Pestalozzi, que acreditava em solucionar as questões sociais procurando resolver o problema da restrição na educação, e com isso a universalização da mesma. Segundo Michel Soëtard (2010, p. 35) em seu livro publicado no Brasil pelo MEC, na Coleção Educadores, “as ideias de Pestalozzi marcam uma vertente da pedagogia tradicional denominada pedagogia intuitiva, cuja as bases são os sentidos por meio dos quais se estrutura toda a vida mental”.

Assim, pautada nesses ideais que a associação Pestalozzi partiu da necessidade de garantir atendimento para as pessoas com deficiência mental, utilizando da sensibilidade daqueles que lutaram para essa inclusão, mas esse atendimento tinha uma relação muito estreita com o poder público, ficando essas pessoas por algum tempo esquecidos e segregados, ou seja, esses trabalhos eram totalmente voltados para o campo do assistencialismo.

No ano de 1932 a associação passa a ganhar força com a presença da educadora e psicóloga russa Helena Antipoff, que fundou a Associação Pestalozzi de Belo Horizonte, e foi a primeira vez que se ouviu falar o termo “excepcional”, ao referir as deficiência mental e retardo mental, que até então eram utilizadas para mencionar as crianças com deficiência intelectual.

Rafante e Lopes (2009) afirmam que:

A atuação de Antipoff no Departamento Nacional da Criança, assim como a articulação das instituições criadas por ela, principalmente as Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, do Brasil e do Rio de Janeiro, permitiram a realização dos primeiros seminários sobre a infância excepcional, que ocorreram em 1951, 1952, 1953, 1955 e se constituíram em importante meio de discussão sobre as questões.

Helena Antipoff em um de seus trabalhos na associação pestalozzi, criou em 1954 para as pessoas com superdotação o primeiro atendimento educacional especializado, é por meio do empenho de Helena que no país o movimento pestalozziano se expande, sendo que depois da criação da unidade de belo horizonte, ocorreu a criação das associações do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza/CE e Resende/RJ.

No intuito de congregar as associações já efetivas ela cria no ano de 1970 a Federação Nacional das Associações Pestalozzi, pois ela acreditava que assim poderia congregar, articular, representar e fortalecer as instituições que compõem a rede Pestalozziana, visando a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e suas famílias.

Vale ressaltar, que essas informações são encontradas no site Fenapestalozzi (Federação Nacional das Associações Pestalozzi), onde destaca tudo sobre o a Associação e seu movimento, tem como Presidente Executiva Ester Alves Pacheco a qual deixa em evidente o objetivo do movimento em todo o Brasil que é empenhado em prol de oferecer a todos aqueles que necessitam do apoio da associação acima de tudo amor e esperança, para que possa sustentar o esforço individual e coletivo pela educação, reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência.

Portanto com o passar dos anos a Associação Pestalozzi vem ganhando mais força e hoje se encontra presente em 20 estados brasileiros dentre estes é somado 187 municípios contemplados com suas atividades, no ano de 2017 já se contava com 6.000 profissionais em diversas áreas, envolvidos em atender nas variadas deficiências na rede Pestalozzi.

3.1 Conhecendo Associação Pestalozzi na cidade de Codó

A Associação Pestalozzi foi fundada na cidade de Codó- MA, no dia 22 de maio de 1978, atualmente possuem 210 alunos matriculados, divididos nos turnos matutino e vespertino, com a faixa etária de 03 a 50 anos de idade, com as seguintes deficiências: autismo, deficiência visual, deficiência auditiva, síndrome de down, deficientes físicos, e sendo os deficientes intelectual com o maior número, existindo alunos que possuem mais de uma deficiência, mas que de fato não o impede de está envolvido nas brincadeiras e atividades lá desempenhada.

A Associação conta com um setor de saúde, com atendimento de fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapia e enfermagem. Também conta com um setor pessoal de 43 funcionários, fora os sócios, possui duas salas de recursos, tendo parcerias com a Prefeitura Municipal de Codó, que disponibiliza servidores, assim como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) onde são desenvolvidos alguns projetos voltados para Educação Inclusiva e Educação Especial, conta também com apoio de ONGs e alguns voluntários.

Portanto, vale ressaltar que a Pestalozzi é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que para se manter depende de doações do poder público, de empresários e da sociedade civil, seu prédio é próprio sendo o mesmo de sua fundação, é nitido que na cidade a Associação faz um excelente trabalho com dedicação e comprometimento a esse público, incluindo crianças, adolescentes e adultos, com educação especial do 1º ao 5º ano, outro fato importante de destacar é que a Associação elabora gratuitamente para a população em geral alguns exames médicos como por exemplo o teste do pezinho, destacando ainda mais o valor social desenvolvido na instituição.

A escola também elabora eventos e projetos com o intuito de associar e aproximar os pais e a comunidade escolar, como festa dia das mães, arraial e as festas juninas, projetos de

leitura e alfabetização, participando também de forma ativa nos jogos escolares da região, um forte incentivo na interação das crianças, pois sabemos que os jogos auxiliam muito no desenvolvimento integral destes alunos.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DO CONTEXTO ESCOLAR

Compreendemos que o desafio vai muito além de receber a matrícula escolar desses alunos com necessidades especiais, esta inclusão deve assegurar a eles o acesso à escola, no qual a escola possa oferecer todas as capacidades de desenvolvimento.

Com isso sabemos que a educação para todos os indivíduos, tem como finalidade exercer seu dever de englobar todas essas crianças na escola e resguardar valores como ética justiça e principalmente direitos. Tendo em vista que aos poucos foi se constituindo uma nova maneira de rever a educação, dando ênfase no atendimento de dificuldades de aprendizagem dessas crianças. Por sua vez “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (CARVALHO, 2008 p.23).

Assim sendo, é visto que a escola é um ambiente que favorece e assegura a relação de alunos com ou sem necessidades especiais, onde pode auxiliar no desenvolvimento geral dessas crianças. Não podemos deixar de citar o atendimento, no qual pode ser oferecido diversas possibilidades para efetivação da inclusão.

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos das classes escolar, capaz de atender os alunos cujas situações pessoais características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. (BEYER, 2006, p. 76).

Ao falarmos sobre os desafios encontrados no ambiente escolar, pode ser destacada a estrutura das escolas para a adaptação desses alunos, podemos citar como exemplos as salas de aulas que não estão adequadas por causa de sua estrutura organizacional. Outro ponto que os alunos com deficiência encontram são a falta de professores qualificados na área, seja por falta

de uma formação adequada ou por comodismo, com isso acarreta no recebimento não adequado desses alunos no ambiente escolar.

Segundo Fonseca (1995), complementa que o objetivo da educação inclusiva é mostrar não só para os professores, mas para a sociedade, que é preciso de uma educação mais que inclusiva, no qual possam ser respeitadas todas as diferenças, para que eles possam exercer seus direitos a igualdade.

A inclusão escola pode ser vista como uma forma de possibilitar ao indivíduo novas maneiras de aprendizagem e conhecimento, buscando novos caminhos para a construção de uma nova sociedade centrada na valorização das diferenças e nas políticas públicas que assegurem de fato a inclusão social, com novas ações e técnicas que ultrapasse as dificuldades que são apresentadas. Na concepção de Sánchez (2005), a finalidade de inclusão tem como proposta a conquista de cada criança por meio de uma aplicação pedagógica centralizada no aluno, para que possa vencer as dificuldades existentes.

Voltando novamente para a formação de professores, eles devem se adaptar e aperfeiçoar curriculamente para o atendimento às dificuldades dos alunos com necessidades especiais, e não deixando de lado os demais alunos. É um trabalho difícil para este profissional, mas com perseverança e amor ao seu trabalho ele irá encontrar meios e técnicas para inclusão e interação desses alunos.

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de "primeiro plano" e, conseqüentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que, por outro lado, os professores tomem consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos (ALARCÃO, 2001 p.15).

A elaboração de uma instituição educacional que respeite as diferenças é indispensável para que as crianças se tornem indivíduos que respeitem essas diferenças do outro, construindo desta forma uma sociedade mais justa, possibilitando oportunidades para o desenvolvimento e atendimento das necessidades de cada aluno. Eliminar os impasses a respeito da infraestrutura da escola é um dos primeiros passos para a inclusão e o acolhimento, são muitos os desafios a serem encarados, mas a determinação e as possibilidades realizadas pelo corpo docente são essenciais.

É visto que um dos grandes obstáculos é pôr em ação no contexto escolar uma educação que possa ser coletiva e em conjunto a todos as crianças na esfera escolar. Dessa forma precisamos de uma nova instituição educacional, estruturada de forma que possa pensar sobre novas condutas para a inserção desses alunos.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (BRASIL, 1997, p.5).

A educação é um potente recurso na acessão da igualdade de direitos, fazendo com que a atuação do aluno na aprendizagem de modo interativo é o ponto primordial na ambientação. É observável que não basta apenas está integrado fisicamente em um lugar, e, além disso, é indispensável que todos os alunos sejam contemplados com a inclusão social e com o desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com Mittler (2003, p.25), “isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”.

Nota-se que é direito dos alunos com necessidades especiais adquirir educação mesmo que seja especificada, conjuntamente a indivíduos que não possuem deficiências, assim proporcionando a socialização integral do indivíduo. Com isso segundo Coelho (2010 p.58), “as questões legais aparecem como suporte orientador e indutor de mudanças, mas não como garantia efetiva da inclusão, já que por si só, leis não garantem mudanças”.

A escola tem que se adequar as situações dos alunos e não ao inverso pois é visto que a concepção de inclusão resguarda um ambiente educacional que direciona sua perspectiva para o indivíduo em sua plenitude, ressaltando a essência de seus alunos.

Comprendemos que hoje modificar a escola em inclusiva carece mais que técnicas pedagógicas competentes ou leis que proporcionem o acesso e a continuidade de todos os indivíduos no ambiente escolar. A meta é reconhecer e respeitar as especificidades dos alunos, adaptando-se as suas particularidades, não deixando ninguém de fora do ambiente educacional.

Cabe a escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos, e nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. São dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. (SASSAKI, p. 68, 1997).

Não se pode confundir a escola inclusiva como um fácil local de convívio entre as pessoas que têm necessidades especiais e as que não têm, precisa ser um meio com trocas de experiências e aprendizados, com a obtenção do conhecimento e o respeito pelas individualidades. A construção e apreensão do conhecimento e habilidades, onde eles expressam suas ideias participando de forma ativa, levando todos os alunos a socialização e a compreensão das diferenças, ficando bem claro o acesso a todas as oportunidades fazendo com que o aluno se expresse livremente.

As ações pedagógicas na visão de uma escola inclusiva devem ponderar uma apresentação mais diversificada, ajustável e cooperativa. A proposta para uma escola inclusiva exige um direcionamento de recursos financeiros, para o acolhimento desses alunos as escolas precisam estar preparadas estruturalmente e pedagogicamente para que a integração aconteça de maneira efetiva. A inclusão pode ser determinada como um padrão educacional que apresenta escolas, no qual todos consigam envolver-se e que sejam acolhidos como integrantes significativos (Morina, 2004).

O propósito da educação inclusiva baseia-se na construção, no reconhecimento e composição de materiais didáticos, eliminando dificuldades encaradas pelos alunos que apresentam necessidades especiais.

4.1 Formação de Professores na educação inclusiva

Para que o desenvolvimento de inclusão ocorra, serão necessários diversos aspectos que estejam relacionados diretamente e indiretamente com a educação, beneficiando assim essa integração. Consideramos o professor como a base essencial no processo de inclusão, pois ele tem a função e o comprometimento como simplificador e motivador no processo de aprendizagem, tornando esse conhecimento mais significativo.

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. (ALVES, 2009, p.45-46)

Sobre a preparação e capacitação dos professores consideramos que é de suma importância para que eles se tornem mais reflexivos e questionadores do processo de inclusão, no andamento dessa preparação o educador precisa analisar suas práticas e técnicas pedagógicas, levar em consideração a realidade da escola e suas carências. A formação desses profissionais resultará na consolidação de um atendimento com qualidade para esses alunos.

O educador é o interventor entre o conhecimento e o educando cabendo a ele a realização de oportunidades para que sejam vencidas as barreiras existentes, buscando estar atento as diferenças eliminando qualquer tipo de segregação objetivando a formação de indivíduos cientes a diversidade. Dentre diversos contratempos existe mais um que é a contínua qualificação desses educadores, visto que os mesmos em sua maior parte não se encontram capacitados para encarar efetivamente com novos contextos de inclusão na escola regular (CARMO, 2011).

Compreendendo a demanda por progressos e por projetos de cunho político pedagógico, várias escolas ainda não planejaram intervenções que proporcionem possibilidades para a preparação de seus educadores, com isso acaba acarretando com que os professores usem seu próprio investimento para irem à busca dessa formação para que eles possam trabalhar na perspectiva de inclusão.

Para Glat et al. (2006, p. 13) “o professor, sozinho, não faz a inclusão, a política, sozinha, não faz a inclusão, faz-se necessária uma série de ações imediatas às políticas inclusivas para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ocorra no sistema regular de ensino e sob condições adequada”.

O exercício pedagógico é um processamento de observação e aprendizado, com isso, frequentemente o educador se esbarra com imensuráveis contratempos, no qual ele possa superar todos esses desafios, buscando verificar as capacidades de cada aluno com o objetivo

de conseguir oportunidades, para que esses alunos consigam compreender juntamente com os demais, onde possam ultrapassar seus limites.

Na educação inclusiva os educadores necessitam procurar um ensino que intencione o respeito recíproco aos educandos, proporcionando o desenvolvimento da compreensão de que todos são iguais, ressaltando a diversidade como um componente engrandecedor em sala de aula.

Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação. (Nóvoa, 1995, p.115).

O processo de inclusão nada mais é que o progresso de revolução que requer um interesse de reformulação e renovação de alguns sistemas educacionais, no qual possa ser feita uma reestruturação na escola como adaptações físicas e também as práticas pedagógicas que se fazem presentes. É primordial que o professor procure especializações que assegure uma dedicação e empenho para a comodidade dos alunos, onde exista respeito perante as diferenças.

Segundo Lima (2002, p.40), “a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”.

Podemos ver a relevância do professor na inclusão, pois é por meio dele que os educandos se desenvolvem e compreendem a viver com a diversidade, por isso se faz necessária a formação continuada dos professores, no qual refletirá na qualidade do ensino aprendizagem vinculado a inclusão. Assim sendo, conforme Souza e Silva (2005), é fundamental a comprovação sobre a necessária qualificação profissional para que esses profissionais possam trabalhar na concepção de inclusão social.

É imprescindível que todos os incluídos no processo de inclusão tenham capacidade e competência para a realização de técnicas e mecanismos para vencer as dificuldades a cada dia, buscando possibilidades para sanar os obstáculos. Todas essas atribuições citadas representam como um dos elementos fundamentais no desempenho dos educadores no ambiente escolar.

Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III, (BRASIL, 1996) que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

É relevante que a escola disponibilize um conjunto de professores qualificados, uma boa infraestrutura que seja acessível a todos os alunos, suporte didático e materiais especiais. Tendo em vista que a inclusão social de crianças com necessidades especiais ainda é um progresso em estruturação, e que essa construção deve ser instituída coletivamente junto a escola e a família.

Segundo Costa (2010a, p. 531), “A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais”.

5. LDB - 9394/96 E OS PRECEITOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com a intenção e o propósito de certificar um bom nível educacional a todos os indivíduos com necessidades especiais, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece e institui a estrutura da educação brasileira. Além do mais, o capítulo V da LDB 9.394/96 aborda exclusivamente de questões relacionadas à educação especial, onde o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência na rede comum de ensino é responsabilidade do estado, e está assegurado nos artigos 58, 59 e 60 da LDB.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

É observável que é ofertada a merecida atenção aos alunos com necessidades, pois até então eles não tinham assistência de instituições de ensino. Com exceção de instituições habilitadas para o atendimento.

Dando continuidade ao fundamento temos os incisos:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No entanto, para que a inclusão realmente se efetue, é fundamental que os educadores se encontrem habilitados para resolver qualquer tipo de circunstância.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Sabemos que as mediações educacionais são fundamentais, possibilitando ao aluno o desenvolvimento de sua condição e o convívio no ambiente escolar, para que consigam alcançar êxito nos processos de ensino aprendizagem.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do Atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Deste modo podemos ver a ampliação e o progresso deste regulamento, em que a assistência educacional é gratuita, onde não seria desigual quando se fala em de pessoas com necessidades especiais. Sabemos que ainda existem muitos obstáculos a serem superados, mas com preparo dos educadores e com novas políticas públicas que assegurem de fato a inclusão desses indivíduos esse cenário pode começar a mudar.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada mediante um levantamento bibliográfico de literatura, em artigos científicos e livros sobre a temática abordada, embasados nos seguintes autores: Camargo (2017); Rocha (2017), assim como pautamos em alguns marcos normativos, como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de (1996), Constituição Federal de (1988) e a conferência de Salamanca, dentre outros, para melhor entendimento sobre a Educação Inclusiva e Educação Especial no contexto educacional como um todo, focando na Associação Pestalozzi.

Utilizamos como instrumento para este estudo a entrevista semiestruturada, realizada com a direção da Associação Pestalozzi da cidade de Codó- MA. Onde fizemos um roteiro simples para ser seguido durante a visita, nesse caso, focamos em elaborar perguntas básicas para a realização da pesquisa, já que dessa maneira as respostas ocorrem de forma mais espontânea, ou seja, uma conversa livre, no qual foi deixando de lado a abordagem de perguntas e respostas mais tradicionais com escolhas de alternativas. “Porém, uma questão que antecede ao assunto pesquisado, perguntas básicas se referem à definição de entrevista semiestruturada”. MANZINI, 2003.

Para Triviños (1987, p. 146):

A entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Nessa perspectiva a entrevista foi aplicada em primeiro momento com a vice-diretora, depois tivemos outra visita, para mais um aprofundamento de dados, de acordo com ela, a Pestalozzi possui 23 professores, que atuam em diversas áreas, pedagogos psicopedagogos, dentre outras.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No seguinte quadro encontram-se algumas perguntas que foram realizadas na entrevista que tivemos com a vice diretora durante a visita na Associação Pestalozzi, na cidade de Codó-MA. Em seguida, completa-se com uma sistematização e análises obtidas por meio das respostas, como também, de observações feitas durante nossa presença na associação.

Quadro 1. Entrevista semi-estruturada

1. Quantos anos tem a Associação Pestalozzi na cidade ?
2. Qual a quantidade de alunos que estão matriculados ? E qual é a faixa etária desses alunos?
3. Quais as deficiências e as dificuldades apresentadas pelos alunos matriculados?
4. Sabendo da importância de uma equipe de profissionais de saúde para a comunidade da associação, nesse sentido, na associação possui um setor de saúde?
5. Sobre o setor pessoal, quantos profissionais atuam na associação?
6. Esses alunos que aqui estão, também são matriculados no ensino regular? E quanto a isso você acredita que eles se sentem incluso à escola regular?
7. Sobre as escolas você tem algum conhecimento se estão adaptadas para receber essas crianças?

8. E quanto a família, você acredita que eles estão preparados, para encararem a deficiência, apoiando os filhos a participarem da escola?

9. Quais as atividades desenvolvidas na Associação? Vocês contam com alguma sala de recurso?

Fonte: produção das pesquisadoras

De acordo com as respostas e as observações que obtivemos durante a visita na Associação Pestalozzi, é possível constatar que a mesma, desenvolve um excelente trabalho para a população do município de Codó-MA, assegurando a todos aqueles que necessitam de um atendimento educacional especializado, a garantia de seus direitos, sendo um deles, aprender por meio de socialização a partir de brincadeiras e atividades que promovem interação, e assim ampliando seu círculo social percebendo que pode sim, ser um sujeito ativo na sociedade.

Segundo a educadora uma grande parcela dos alunos, que fazem parte da Pestalozzi, se encontram matriculados em contraturno na escola de ensino regular, porém quando esse aluno é encaminhado a escola é preciso que a Pestalozzi continue oferecendo assistência, pois acontece muitas das vezes do aluno ter que voltar por não se adaptar a escola regular, tendo assim a mesma que conversar com a comunidade escolar incluindo a família, para que a escola possa fazer uma melhor abordagem no acolhimento desse educando.

Com essa atitude fica o questionamento: Esses alunos retornam para a Pestalozzi por não se sentirem incluídos na sala de aula? Para fazer uma elucidação dessa questão, é dada notoriedade na fala da educadora, na qual relata um dos principais fatores para esses alunos não permanecerem na escola, que é a falta de preparação dos professores, acreditando que uma formação continuada na área da educação inclusiva, seria de grande valia para a escola, pois na medida que a escola percebe alguma deficiência no aluno surge uma mudança na maneira da abordagem, deixando em evidência a falta de preparação de muitos professores e gestores.

Sendo assim, é necessário que o professor reveja seus métodos, reavalie seu fazer pedagógico, pois só assim poderão entender de fato o que é educação inclusiva, que não se limita apenas para uma parcela de deficientes, mas sim para todos sem exceção, possibilitando que venham ter não só a garantia de acesso, mas principalmente que haja de fato a permanência sem nenhum tipo de discriminação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo é percebido que no cenário brasileiro houve grandes avanços e muitas conquistas, para que a educação especial voltada numa perspectiva inclusiva, pudesse se tornar uma realidade, podemos considerar que esse feito só se torna possível mediante a varias lutas, movimentos, documentos e grandes normativos em defesa daqueles que por muito tempo foram considerados “anormais” por conta de suas condições física ou mental, e por essa razão foram deixados por muito tempo segregados do meio social.

Em vista disso, não podemos deixar de destacar a influência que a Associação Pestalozzi teve no Brasil se tratando do acolhimento a esse público para que só assim pudesse se pensar em uma educação especial, isto é, desde sua primeira unidade fundada na década de 20, essa associação vem desenvolvendo um importante papel para a educação de pessoas com necessidades especiais no país, já que foi bastante relevante a implementação dessa instituição, uma vez que as condições de atendimento a essas pessoas no período histórico em que ocorreu a sua fundação, era bem restrito no sistema público de ensino, ficando esses a margem da sociedade.

Nesse sentido é identificado o quanto vem sendo conquistado para que esse público pudesse ter a garantia de acesso ao ensino regular, porém ainda se tem muito o que se fazer para tornar essa educação inclusiva em sua totalidade uma realidade, pois isso só será possível se for traçando meios de permanência e assim consequentemente acabando com a desistência, uma vez que não devemos considerar apenas o acesso, mas sim, a permanência desse aluno.

No entanto vemos o quanto nossa realidade ainda está longe de atender essa demanda, já que a maioria das escolas não oferecem uma estrutura física adequada, pois ainda existe uma precariedade nas escolas por falta de políticas públicas voltadas a esse interesse, também sendo

ainda estreito o campo de profissionais da educação que são capacitados para tal, nessa perspectiva, uma formação continuada para esses profissionais seria de grande valia para o município. E sobre isso Rocha (2017, p. 2) salienta que:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re) pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Assim, esse professor irá perceber que incluir o aluno no processo de ensino regular é fundamental para seu desenvolvimento, uma vez que a escola é um espaço social, onde se torna por excelência, um ambiente, mediador do conhecimento, que possibilita o educando a reflexão e o conhecimento das diversidades presentes em sua volta.

Portanto, quando trazemos esse fato para a situação local, ocorre que essa carência na formação, acaba que deixando barreiras para que esses alunos permaneçam na rede regular de ensino, pois possuem dificuldades em prosseguir, já que para a permanência, carece de vários fatores, sendo a formação continuada uma peça fundamental e quando essa falta é de fato real ocorre desse aluno ter que voltar novamente para a associação Pestalozzi, isto é, ainda tem muito que ser feito para que se torne realidade a sonhada educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- BEYER, O. H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas: Porto Alegre: Mediação, 2006. BRASIL.
- BRASIL. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 24/10/2019.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- CARMO, A. A. **Inclusão escolar – roupa nova em corpo velho**. Integração. Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

- CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.
- COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, 2010.
- Constituição Federal (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- Declaração de Salamanca**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.
- FENAPESTALOZZI Federação Nacional das Associações Pestalozzi. Movimento Pestalozziano. Disponível em: <http://fenapestalozzi.org.br/como-criar-uma-associacao-pestalozzi>. Acesso em 13 de agosto 2019.
- Ferreira, JR e Glat, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, DB. & Faria, LCM. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, 372-390. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.
- FAVERO, E. A. **Por que tanta reação à cartilha da inclusão?**. AME. 29 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=artigo&pag=17&limit=10&clasificacao> Acesso em: 25 out. 2019
- FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução as ideias de Fuerstein**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GLAT, R. et al. **Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. 2006.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.
- MORIÑA, A. **Teoria e prática da educação inclusiva**. Archidona: Cisterna, 2004.
- NETO, Antenor de O. Silva, et al. Educação Inclusiva: uma escola para todos. e. In: Revista Educação especial. Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em 10 de agosto 2019.
- NÓVOA, A . **A formação de professores e a profissão docente**. In:_____. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Nova enciclopédia; 1995.

RAFANTE, H. C.; LOPES, R. E. Helena Antipoff e o Desenvolvimento da Educação Especial no Brasil (1929-1961). Revista HISTEDBR On-line, nº 53, 2009.

REFERÊNCIAS

RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. Disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> acesso em 11 de agosto 2019.

SÁNCHEZ, P. A. **Revista da Educação Especial.** Brasília: Secretaria de Educação Especial. Brasileira, v. 1, n. 1, out. 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOETARD, Michel. Johann Pestalozzi. (Coleção Educadores). 1. ed. Trad. Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto. Organização: João Luis Gaspin Martha Aparecida Santana Marcondes Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SOUZA, Rita de Cácia e SILVA, Greice Santos. Desafios para o educador inclusivo: o educador frente à diversidade e à inclusão. **Revista da FAGED**, nº 09, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987 p.186.

ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/> Acesso em 30 set. 2019.